

FÁBIO SANDRO PFAFFENZELLER

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO REFERÊNCIA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientadora: Denise Maria Maia

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

FÁBIO SANDRO PFAFFENZELLER

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO REFERÊNCIA

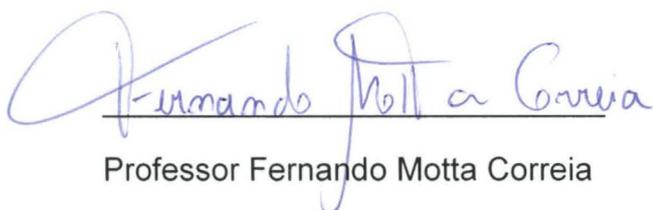
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Professora Denise Maria Maia



Professora Angela Welters



Professor Fernando Motta Correia

Curitiba, 16 de dezembro de 2013

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	7
3	CRÍTICAS AO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	10
4	CONCLUSÃO	17
	REFERÊNCIAS	18
	ANEXO	19

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o IDH como referência de desenvolvimento humano através da sua origem, desde a concepção teórica até a apresentação de informações do relatório elaborado pelo PNUD. A revisão da literatura fornece base teórica do desenvolvimento humano e necessidade de um indicador que revele informações de desenvolvimento humano. A literatura evidencia também a insatisfação de estudiosos de ter o desenvolvimento social e humano explicados por indicadores econômicos, a exemplo do consagrado PIB. O IDH é um índice que passa por constante evolução em sua metodologia e parte teórica. A evolução é dada a partir de uma quantidade de estudos que tratam de pontos que cabe aperfeiçoamento. Estes estudos serão apontados conforme constatadas as suas adaptações e reafirmações em pontos que são considerados negativos ou positivos respectivamente. Através da análise dessas transformações, comparações e constatações são visualizadas uma grande importância para orientação de políticas públicas e investimentos voltados para desenvolvimento humano de sociedades assim como parâmetros de comparação.

ABSTRACT

This article has a objective to demonstrate the HDI as a reference for human development through the presentation of information in the report prepared by the UNDP. The literature review provides the theoretical basis of human development and the need for an indicator that reveals information of human development. The literature also highlights the dissatisfaction of scholars have social and human development explained by economic indicators like the GDP devoted. The HDI is an index that undergoes constant evolution in its methodology and theory. The evolution is given from a number of studies addressing points that could fit improvement. These studies will be appointed as found their adjustments and restatements at points that are considered negative or positive respectively. Through analysis of these transformations, comparisons and findings displaying great importance to guide public policies and investments towards development of human societies as well as comparison parameters.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do desenvolvimento é muito recente comparado às demais ciências, e às ciências sociais inclusive. Na verdade o desenvolvimento é uma evolução de conceitos que, com o tempo e com o aumento das preocupações sociais, passou a ser mais complexo. A busca por indicadores de desenvolvimento alternativos ao Produto Interno Bruto (PIB), com o objetivo de indicar desenvolvimento, iniciou-se em decorrência dessa evolução.

Muitos indicadores alternativos foram construídos para suprir a necessidade de um indicador mais adequado de desenvolvimento. No entanto, foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o que apresentou uma série de propriedades que lhe atribuíram papel de destaque, ao ser adotado por estudiosos ou na elaboração de políticas públicas. O IDH, objeto deste estudo que analisa seus atributos, busca responder o seguinte: por que o IDH é o índice consolidado como referência de desenvolvimento humano?

Para responder a essa pergunta, esse estudo tem como objetivo demonstrar a origem conceitual que inspirou a construção do IDH, bem como sua viabilidade estatística e o respaldo institucional que permite sua comparabilidade. Para isso, resgata a concepção de desenvolvimento de Amartya Sen, um dos idealizadores do índice. Analisará sua construção sob a responsabilidade das Nações Unidas a partir de dados existentes. Portanto, o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) será utilizado como fonte privilegiada de informação.

Estudar desenvolvimento é buscar um conhecimento de aspectos que interferem na vida das sociedades, e também de experiências interessantes de sucesso e de fracasso. É claro, para classificar diferentes níveis de desenvolvimento, a procura de indicadores se faz importante para saciar a vontade de entender e qualificar o trabalho que cada sociedade desenvolve. Portanto, sua evolução conceitual incorpora preocupações sociais de maior complexidade.

O crescimento econômico passou a ser verificado, mas com um legado de pobreza. A pobreza aumentou e se concentrou ao redor de polos econômicos. Isso tudo revelou que o crescimento econômico por si só não conduz a uma sociedade equilibrada socialmente.

A apresentação desta discussão passa pelo histórico da idéia de desenvolvimento incorporado na construção do IDH e uma apreciação das críticas que recebeu desde sua origem, para então concluir sobre a questão de pesquisa aqui proposta.

2 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao acompanhar os recentes trabalhos realizados pelas Nações Unidas, através do PNUD, presenciamos, cada vez com mais freqüência, a expressão *desenvolvimento humano*. O *desenvolvimento* no caso é entendido como uma expansão de liberdades que promovem a ampliação das capacidades individuais. Esses esforços de construção conceitual foram inspirados no trabalho do economista Amartya Sen. Conforme o autor,

ver o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a algum dos meios que, inter alia, desempenham um papel relevante no processo. (SEN, 2000, p.17-18)

Ao utilizar a expressão *liberdades substantivas*¹ Amartya Sen se refere ao acesso a bens sociais e econômicos. Para ele toda restrição que gera uma privação de liberdade reduz a capacidade de desenvolvimento. Para haver desenvolvimento, é necessário que seja removida as principais fontes de privação de liberdade, que pode ocorrer de várias formas. Atualmente no mundo se nega liberdades elementares a um grande número de pessoas. A ausência das liberdades

¹ O conceito de desenvolvimento para o autor inclui as capacidades elementares das pessoas como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, das liberdades associadas a saber ler, escrever e contar, ter participação política, liberdade de expressão etc.

substantivas pode se relacionar com a pobreza econômica embora não seja relacionada ao rendimento necessariamente. O rendimento é apenas uma forma de privação. A pobreza relaciona a carência de serviços públicos e assistência social ou ainda a negação de liberdade política e civil para participar da vida social, política e econômica da sociedade. A expansão das liberdades provoca desenvolvimento ao aumentar a capacidade das pessoas levarem a vida que valorizam e, além disso, melhora o potencial das pessoas de cuidar de si próprias. Ainda segundo Sen (2000, p.35) muitos são os motivos para que a pobreza seja definida como privação das capacidades básicas a exemplo da subnutrição, do analfabetismo, que apresentam suas raízes nas falhas das atividades médicas e sociais, e não nas baixas rendas.

Os detalhes metodológicos que explicam como é calculado o IDH, tanto a forma de cálculo recente quanto a antiga estão disponíveis no anexo deste trabalho.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2012 (PNUD, 2012), cujo título é *A Ascensão do Sul*, é uma proposta, assim como os demais relatórios, de aliar os resultados auferidos do IDH e os efeitos da verificação de mudanças no desenvolvimento humano, dentro do contexto geopolítico contemporâneo. Apresenta hoje o Sul como responsável por cerca da metade do PIB, tamanho foi o seu crescimento nas últimas décadas. No entanto este crescimento extraordinário do PIB do Sul pouco significaria em desenvolvimento humano se não estivesse acompanhado de uma redução de privação e um alargamento sem precedentes nas capacidades humanas.

...As elites dominantes reconhecem, cada vez mais, que o progresso social e econômico pode ter uma profunda influencia na sua própria legitimidade. Os investimentos no bem-estar social e nos bens públicos tornaram-se elementos constitutivos do desenvolvimento a longo prazo. Estas iniciativas que combinam políticas econômicas, de saúde e de educação no quadro de uma agenda mais ampla de equidade, capacitação e participação – colocam em evidencia a importância de se apoiar a justiça social, não apenas por razões morais, mas por promover desenvolvimento humano. (PNUD, 2012, p.18)

Diante de um cenário de crise internacional, os países do Norte adotam políticas que envolvem corte de gastos públicos, política expressamente condenada no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2012. A passagem abaixo indica o comportamento esperado das nações para políticas que visem desenvolvimento humano:

economicamente o Sul responde por um terço do produto e consumo mundial. Sem o crescimento destas economias a resseção econômica global seria maior. A crise econômica nos países do Norte é respondida através de rigorosas medidas de austeridade, reduzindo a despesa do Estado e os serviços públicos, contraindo a economia e o padrão de vida gerando insatisfação popular. (PNUD, 2012, p.21)

Por outro lado, no Relatório de desenvolvimento humano de 2012 são mencionadas, as medidas de austeridade praticadas por países mais desenvolvidos, com o intuito de reagir ao período de crise. Políticas de austeridade são consideradas temerárias no sentido de no longo prazo promover possíveis desequilíbrios que comprometam o desenvolvimento humano, enfraquecendo a economia e gerando desemprego. Cortes na educação e outros serviços que comprometam a saúde pública geram retrocessos no desenvolvimento humano, desigualdades e queda na receita fiscal para financiamentos sociais públicos.

Como a erradicação da pobreza é a primeira meta, o Relatório do Desenvolvimento Humano alia ao Índice de desenvolvimento humano (IDH), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que mede a pobreza de forma mais incisiva. Portanto, este índice analisa a sobreposição de privações no que diz respeito à saúde, à educação e ao padrão de vida. E confirma a necessidade de um indicador complementar para uma especificidade que o IDH não apresenta, o que indica um acolhimento ativo das críticas recebidas.

Uma das principais prioridades do mundo é a erradicação da pobreza e da fome. Trata-se do primeiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cuja meta para 2015 consistia na redução para a metade das pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares americanos por dia face os valores de 1990. Este objetivo foi alcançado três anos antes da data prevista, sobretudo devido ao êxito de alguns países populosos... só a

China conseguiu retirar da pobreza o extraordinário número de 510 milhões de pessoas. (PNUD, 2012, p.27)

O Índice de Pobreza Multidimensional é produto do número de pessoas em situação de pobreza multidimensional (a percentagem de pessoas multidimensionalmente pobres) pelo número médio de privações por que passa cada agregado familiar multidisciplinarymente pobre (intensidade da pobreza). Tendo em atenção a intensidade da pobreza, o IPM proporciona um quadro mais completo da pobreza num dado país ou comunidade do que é fornecido com base apenas numa contagem de pessoas. (PNUD 2012, p.29)

3 CRÍTICAS AO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A necessidade de um novo indicador que represente melhor que o PIB o que se entende por *desenvolvimento* tornou-se cada vez mais presente. Um indicador que aponte o desenvolvimento precisa incluir o incremento de dimensões sociais, é preciso apontar melhora e retrocesso caso de fato haja. O PIB é um indicador econômico, com uma metodologia que aponta informações econômicas, por isso ele não tem a finalidade de responder por questões sociais.

O PIB por sua credibilidade adquirida no decorrer dos anos, mesmo não revestido de poder de explicação social, continua muito utilizado em decorrência da fragilidade das avaliações alternativas que foram propostas nos últimos anos. O ponto comum entre os indicadores alternativos é o desejo de seus idealizadores de contrabalancear as avaliações de progresso de caráter puramente econômico. Trata-se, portanto de indicadores socioeconômicos que buscam ser alternativos ao de crescimento econômico e consumo.

Se o objetivo é orientar a economia de forma que os esforços produtivos promovam resultados que interessam, devem-se construir instrumentos de avaliação desses resultados.

a conjugação do desenvolvimento humano (na esfera bem ampla do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) e o desenvolvimento sustentável é hoje, provavelmente, o que melhor aponta para os objetivos políticos das contas do futuro. São eles que unem mais fortemente as urgências expressas pelos países do Sul, as expectativas ecológicas (no momento manifestadas por certas categorias sociais dos países do Norte) e o retorno das “questões sociais” (pobreza, desigualdade, violência) tanto no Norte como no Sul. (GADREY, 2006, p.21)

a fragilidade da crítica ao crescimento tem várias origens. A principal está no fato de que o crescimento não determina tudo, mas apresenta muita capacidade para propiciar margens de manobra e melhorar certas dimensões da vida cotidiana no curto e médio prazo. Outro fator residente das críticas está na fragilidade das avaliações alternativas propostas, tanto na parte científica como na parte metodológica e na produção de sentido. O ponto comum nos idealizadores e propagadores de indicadores sintéticos é contrabalancear as avaliações de progresso de caráter puramente econômico com critérios humanos, sociais e ambientais. São tratados como indicadores alternativos, pois visam criar uma alternativa e um complemento aos indicadores predominantemente econômicos e de consumo. (GADREY, 2006, p.16)

Gadrey (2006, p.18), acena com que a postura de um indicador alternativo na contribuição ao debate público sobre a riqueza seja de fornecer exemplos que como complementos e alternativas confiáveis ao PIB e ao crescimento.

se jogam cartas políticas e sociais importantes em torno dos indicadores com os quais as nações retratam a si mesmas e exibem às outras seus êxitos e fracassos, não é menos evidente que os vereditos de progresso e as preferências políticas têm outras motivações e outras fontes de informação, que exercem influência, em graus diversos, sobre a razão e sobre a paixão. Mas o fato é que é que o papel desempenhado por certos indicadores globais são de grande importância no debate público, importância que parece ter aumentado quando o crescimento econômico começou a diminuir e se tornar incerto, como se essa incerteza reforçasse a percepção do que estava em jogo e a focalização nesse indicador. Uma de nossas hipóteses é que os grandes indicadores econômicos e sociais não são apenas reflexos passivos dos fenômenos que pretendem resumir. (GADREY, 2006, p.23)

Conforme Gadrey (2006, p.27), Amartya Sen, que inspirou o trabalho pioneiro do Programa das Nações Unidas (PNUD) era inicialmente contrario à publicação de um indicador sintético, o índice de desenvolvimento humano, por julgá-lo “sumário” já que o conjunto de dados disponíveis era por demais rico. Após rever seu posicionamento trata o IDH como um indicador simples e bastante claro, fazendo com que a complexa realidade encontrasse uma plateia interessada. Assim sendo, admitiu à razão de Mahbub ul Haq, a quem atribui à capacidade de chamar a atenção dos leitores ao Relatório de Desenvolvimento Humano.

o IDH, desde a publicação de seu primeiro relatório, gerou e tem gerado reações a favor e contra os seus pressupostos teóricos, metodológicos e políticos. Embora, de uma maneira geral, seja desejável que o índice meça desenvolvimento humano do modo mais completo possível, na prática isso não é possível diante do grande volume de informações normalmente não disponível. Por isso, de acordo com os organizadores do relatório de 1990, um índice que incorporasse muitas variáveis poderia tornar-se difícil para sua interpretação e o excesso de informação afastaria a atenção dos pontos principais. (BUENO, 2007, p 51)

Assim sendo, em seu primeiro relatório, os formuladores sustentaram que as premissas básicas de suas análises estão concentradas em três aspectos fundamentais da vida humana: a longevidade, com a expectativa de vida ao nascer; o conhecimento, com o acesso a educação; e o último aspecto, e o mais complexo deles, que são os meios para prover a sobrevivência, com o acesso a renda, crédito e terra. A escolha dessas dimensões foi justificada por constituírem aspectos básicos de desenvolvimento humano, além de que a maioria dos países possui dados estatísticos aceitáveis para avaliação.

A construção do IDH está baseada em uma aproximação da redução das desigualdades. Quer dizer, o desenvolvimento não é medido a partir do crescimento de uma variável, mas da redução da distância entre a variável e seu valor máximo possível. Deste modo, é dada maior importância aos objetivos mais difíceis de ser alcançados. (BUENO, 2007, p 51)

O índice apresentado pela primeira vez em 1990 gerou um volume grande de comentários sobre suas propriedades metodológicas, relacionadas à construção do índice.

Logo nas primeiras publicações, o IDH, ao passo que alguns esperavam um indicador com maior número de variáveis, outros questionavam a qualidade do trabalho que os valores levantados e frutos de estatísticas promoviam.

a qualidade e a confiabilidade dos dados estatísticos com os quais o Índice era elaborado... Os autores chamaram a atenção para o fato de que os dados utilizados na elaboração do IDH nem sempre se aproximam da realidade. Isto acontece porque os censos nacionais são, normalmente, realizados em intervalos de 10 anos. Normalmente, para anos intermediários, e para países que não contam com essas informações são realizados projeções elaboradas por modelos matemáticos, os quais em muitas ocasiões geram resultados de uma realidade distante em relação às informações aos anos em quais os censos foram realizados. Por exemplo, muitos países não contam com informações mínimas de suas populações a respeito de expectativa de vida ao nascer e dos anos de escolaridade. Esta constatação tem vínculo direto com a velocidade da dinâmica demográfica dos países subdesenvolvidos, com muitas mudanças em pouco tempo². (BUENO, 2007, p 53-54, apud MURRAY, 1991, p. 6)

Ainda sobre a qualidade de dados, as críticas estavam pautadas na insatisfação com a apresentação de estatísticas que poderiam gerar aproximações distantes da realidade.

o Banco Mundial só disponibilizam dados sobre esta variável para 57 países, fazendo com que para os outros países, os dados usados pelo PNUD se pautasse em aproximações que não refletiam real situação do

² MURRAY, C. *Development data constraints and the human development index*. United Nations Research. Institute for Social Development, Discussion Paper, 25. 1991.

SRINIVASAN, T.N. *Human development: a new paradigm or reinvention of the wheel?* American Economic Review. v. 84. n 2. p. 238 – 243, 1994.

poder de compra de suas populações. ³Bueno(2007, p53-54) apud Murray (1991)

Por essa e outras críticas recebidas entre 1991 e 1993, o Relatório de Desenvolvimento humano de 1990 recebeu várias modificações em seu formato nos anos seguintes. No que diz respeito à versão original do IDH como nas suas edições posteriores, a longevidade era medida a partir da expectativa de vida ao nascer. O PNUD justificava a eleição desta variável através da ideia de que uma vida longa é por si só valiosa, pois possui uma forte de associação deste indicador com a saúde e a nutrição das pessoas. Na área do conhecimento, o IDH de 1990 usava unicamente o nível de alfabetização dos adultos, considerando como indispensável à exigência básica para adquirir conhecimento. Bueno (2007 p.56),

Os ponderadores iguais, pelos quais são divididos os indicadores para cada privação, nomeando uma ponderação de 1/3 a cada ano, foi considerada arbitrária. ⁴Bueno(2007, p52) apud Hopkins(1991, p. 1470).

Mas, Bueno (2007, p.52) afirma que por mais que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tenha sofrido uma crítica como essa, o objetivo inicial do IDH não mudou ao longo dos anos, mas sua construção sofreu diversas modificações que tiveram o propósito de corrigir defeitos iniciais, seja nas variáveis, seja na fórmula do cálculo do índice. Em cima dessa afirmação, o IDH se mostra capaz de absorver as críticas, mantendo seu escopo traçado.

devido a essas críticas, os formuladores do IDH reconheceram as limitações que representavam a utilização de um só número para dar conta de fenômenos multidimensionais. Porém alegaram que a condensação de informações em um único índice tem demonstrado estar mais próxima da realidade no momento de avaliar o crescimento econômico e para decidir políticas, face à alternativa de se apresentar dados desagradáveis através de uma série de indicadores. Para eles, o conceito de "desenvolvimento

³ MURRAY, C. *Development data constraints and the human development index*. United Nations Research. Institute for Social Development, Discussion Paper, 25. 1991.

⁴ HOPKINS, M. *Human development revisited: a new UNDP Report*. World Development, v. 19, n 10. p. 1469 – 1474, 1991.

humano” era diferente daquele de “crescimento econômico” e do “desenvolvimento econômico”. (BUENO, 2007, p 54)

Uma fragilidade reconhecida no Relatório de desenvolvimento humano de 2012 é reconhecida, quando na última década é verificada uma maior convergência nos valores de IDH, ocorrência essa gerada pela aceleração do desenvolvimento humano dos países de baixo IDH, com melhora em todos os componentes do indicador. Segundo o PNUD (2012), as comparações do IDH são feitas entre países do Norte e do Sul, e o mundo está menos desigual. Mas importante é salientar que as médias nacionais escondem grandes variações com enormes disparidades no interior dos países.

A desigualdade foi bastante abordada no Relatório do Desenvolvimento Humano de 2012. O assunto desigualdade tanto de rendimentos quanto a dimensional foi tratada de uma forma que evidencia as consequências de sua manutenção, e a importância de ser combatida.

O IDH é um índice resultante de médias de suas dimensões, que necessita de ajustes para tratar especificamente de desigualdades. Para isso foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade.

Em 132 países desenvolvidos e em desenvolvimento identifica uma relação inversa entre desigualdade e desenvolvimento humano, reforçando as conclusões de vários estudos em países desenvolvidos. As consequências da desigualdade no desenvolvimento humano podem ser aferidas no Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), que estuda o nível médio do desenvolvimento humano e a sua distribuição pelas dimensões da esperança de vida, nível de escolaridade e controle sobre recursos. Onde não existe desigualdade, o IDHAD é igual ao IDHU na diferença entre ambos revela existência de desigualdade: quanto maior é a diferença, maior é a desigualdade. (PNUD 2012, p.30)

O Relatório de desenvolvimento humano de 2012 visualiza que nas últimas décadas, as reduções de desigualdades de saúde e educação são mais acentuadas que as desigualdades de rendimento, em parte isso é explicado por limiar superiores para educação e saúde, enquanto rendimento não há limiar superior. Existe um

consenso quase geral de que a desigualdade de rendimento é elevada, porém não há consenso quanto às tendências recentes. As tendências do IDHAD são de que a desigualdade geral diminuiu de forma marginal, pois a desigualdade da educação e da saúde é contrabalanceada com aumentos na desigualdade de rendimentos.

Através dessas análises, é possível verificar que a diminuição das desigualdades na saúde e na educação tem reflexos nas prioridades dos governos visto que existe correlação entre educação e saúde. O relatório exemplifica com a importância da educação feminina para seus cuidados com a própria saúde e de seus descendentes.

Outro índice que é objeto de análise é o Índice de Desigualdade de Gênero, o IDG, que permite observar o quanto as mulheres têm sua liberdade restrita através de discriminações na saúde, na educação e no mercado de trabalho. Quanto maior o IDG, maior é a discriminação. No Relatório de desenvolvimento Humano de 2012, o referido índice é utilizado para simultaneamente aos resultados do Índice de desenvolvimento humano seja diagnosticado a desigualdade entre gêneros

4 CONCLUSÃO

O objetivo desse estudo foi demonstrar a origem conceitual que inspirou a construção do IDH, sua viabilidade estatística e institucional que permitiu sua consolidação como referência de desenvolvimento humano no mundo. Para isso foi resgatada a concepção de desenvolvimento de Amartya Sen, balizado pelos relatórios do PNUD. Resgatar a origem conceitual que inspirou a construção do IDH e sua evolução até a atualidade, revelou também sua ampla aceitação.

A explicação do que contribuiu para a sua consolidação como referência de desenvolvimento humano mais utilizado no mundo, deve-se inicialmente à manutenção dos principais aspectos da sua concepção original. Isso significa que, mesmo receptivo às críticas para constantes adaptações e melhoras, a idéia central permaneceu fortalecida. A grande questão da desigualdade também está presente nas discussões atuais para uma consideração cada vez mais adequada.

Do mesmo modo, a demonstração da viabilidade estatística tornou a mensuração do IDH concretamente possível em curto espaço de tempo. A sua metodologia simples permitiu sua construção pelo acesso a dados disponibilizados por inúmeros órgãos de pesquisa em diferentes países no mundo. Foi possível aproveitar a produção estatística disponível sob a responsabilidade assumida pelo Programa Nacional das Nações Unidas, que através de seus relatórios anuais de desenvolvimento humano, promoveu os resultados do índice por mais de 20 anos.

A construção do IDH por entidade reconhecida internacionalmente, ganhou respaldo institucional que permitiu sua comparabilidade. Assim promoveu e auxiliou políticas públicas na busca de melhores posições nos rankings do índice, bem como permitiu identificar as dimensões que apresentam os maiores problemas das respectivas regiões.

REFERÊNCIAS

BUENO. E. P., *O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológico*. Boletim Goiano de Geografia, Goiania v. 27 n.3 p 49-69 jul/2007.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)*, na construção dos indicadores e índices publicados no em 1998.

GADREY, Jean, *Os novos indicadores de riqueza* / Jean Gadrey, Florence Jany-Catrice; tradução Assef Kfoury. – São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2006. Título original : Les nouveaux indicateurs de richesse.

SEN, Amartya Kumar, *Desenvolvimento como liberdade* / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Título original: Development as freedom.

United Nations Development Program. 2013: Relatório do Desenvolvimento Humano. A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado.

ANEXO

Critérios de avaliação

A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões:

- Uma vida longa e saudável: Expectativa de vida ao nascer
- O acesso ao conhecimento: Anos Médios de Estudo e Anos Esperados de Escolaridade
- Um padrão de vida decente: PIB (PPC) per capita

Até 2009, o IDH usava os três índices seguintes como critério de avaliação:

- **Índice de educação:** Para avaliar a dimensão da educação o cálculo do IDH considera dois indicadores. O primeiro, com peso dois, é a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade — na maioria dos países, uma criança já concluiu o primeiro ciclo de estudos (no Brasil, o Ensino Fundamental) antes dessa idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá, tradicionalmente a partir dos 15 anos. O segundo indicador é a taxa de escolarização: somatório das pessoas, independentemente da idade, matriculadas em algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade. Também entram na contagem os alunos supletivo, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária, nesta área também está incluído o sistema de equivalências Rvcc ou Crvc, apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.
- **Longevidade:** O item longevidade é avaliado considerando a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Reflete as condições de saúde e de salubridade no local, já que o cálculo da expectativa de vida é fortemente influenciado pelo número de mortes precoces.
- **Renda:** A renda é calculada tendo como base o PIB per capita (por pessoa) do país. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina essas diferenças.

Metodologia

Atual

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 o PNUD começou a usar um novo método de cálculo do IDH. Os três índices seguintes são utilizados:

- $$1. \text{ Expectativa de vida ao nascer (EV)} = \frac{EV - 20}{\sqrt[3]{IAME \times IAE} - 0}$$
- $$2. \text{ Índice de educação (EI)} = \frac{0,951 - 0}{AME - 0}$$
- $$3. \text{ Índice de Anos Médios de Estudo (IAME)} = \frac{13,2 - 0}{...}$$

- $$4. \text{ Índice de Anos Esperados de Escolaridade (IAEE)} = \frac{AEE - 0}{20,6 - 0}$$
- $$5. \text{ Índice de renda (IR)} = \frac{\ln(\text{PIBpc}) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)}$$

Finalmente, o IDH é a média geométrica dos três índices anteriores normalizados:

$$\bullet \text{ IDH} = \sqrt[3]{LEI \times EI \times IR}$$

Legenda:

- EV = Expectativa de vida ao nascer
- AME = Anos Médios de Estudo
- AEE = Anos Esperados de Escolaridade
- $PIBpc$ = Produto Interno Bruto (Paridade do Poder de Compra) per capita

Antiga

Até 2009, para calcular o **IDH** de uma localidade, fazia-se a seguinte média aritmética:

- $$\bullet \text{ IDH} = \frac{L + E + R}{3} \quad (\text{onde } L = \text{Longevidade, } E = \text{Educação e } R = \text{Renda})$$
- $$\bullet L = \frac{EV - 25}{60}$$
- $$\bullet E = \frac{2TA + TE}{3}$$
- $$\bullet R = \frac{\log_{10} \text{PIBpc} - 2}{2,60206} \quad \text{nota: pode-se utilizar também a } \underline{\text{renda per capita}} \text{ (ou } \underline{\text{PNB per capita}}).$$

Legenda:

- EV = Expectativa de vida ao nascer;
- TA = Taxa de Alfabetização;
- TE = Taxa de Escolarização;
- $\log_{10} \text{PIBpc}$ = logaritmo decimal do PIB per capita.

Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M)

O IDH-M é, assim como o IDH, um índice que mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica. Como o IDH foi concebido para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, sua aplicação no nível municipal tornou necessárias algumas adaptações metodológicas e conceituais. Essa necessidade decorre de duas razões:

- Os únicos dados (para as variáveis relevantes) definidos, coletados e processados de maneira uniforme para todos os municípios brasileiros são aqueles provenientes dos Censos Demográficos do IBGE. Portanto, para garantir a homogeneidade do cálculo dos índices, todos os indicadores tem que ser extraídos, direta ou indiretamente, dos censos.
-
- Além disso, o fato dos municípios serem unidades geográficas menores e sociedades muito mais abertas, dos pontos de vista econômico e demográfico, do que um país ou uma região, faz com que o PIB per capita não seja um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente, e a taxa combinada de matrícula não seja um bom indicador do nível educacional efetivamente vigente no município.
- Além disso, o fato dos municípios serem unidades geográficas menores e sociedades muito mais abertas, dos pontos de vista econômico e demográfico, do que um país ou uma região, faz com que o PIB per capita não seja um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente, e a taxa combinada de matrícula não seja um bom indicador do nível educacional efetivamente vigente no município.

Esses indicadores foram substituídos, respectivamente pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Além de representar melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, eles podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

Além disso, a taxa de alfabetização de adultos, utilizada pelo IDH, foi substituída pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais (obtida diretamente dos dados censitários), mas essa substituição é irrelevante, pois as duas variáveis são, por definição, complementares. O quarto e último indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer (obtida por métodos indiretos a partir dos dados censitários), é o mesmo conceito utilizado pelo IDH.

Essa metodologia foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Uma discussão detalhada das adaptações, bem como de todos os aspectos metodológicos e conceituais do IDH-M, pode ser encontrada no capítulo 5 da publicação *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais, 1970-1980-1991*.

Por causa dessas adaptações, o índice de desenvolvimento humano criado para os municípios, embora conceitualmente próximo, é diferente do IDH proposto pelo PNUD e calculado há alguns anos para países e regiões. O novo índice foi denominado Índice Municipal de Desenvolvimento Humano e é designado pela sigla IDH-M, reservando a denominação Índice de Desenvolvimento Humano e a sigla IDH exclusivamente para os índices calculados segundo a metodologia padrão do PNUD.

O IDH-M pode (e efetivamente foi neste estudo) ser calculado para os estados, as regiões e o Brasil, mas não é comparável ao IDH, mesmo quando os dois índices se referem à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano. Em virtude das adaptações adotadas o valor numérico do IDH-M tende a ser sistematicamente inferior ao valor numérico do IDH referente à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano. Assim, um IDH-M (seja para um município, um estado, uma região, ou para o Brasil) só

pode ser comparado a outro IDH-M, para a mesma unidade geográfica em outro ano, ou para outra unidade geográfica. Da mesma forma, um IDH só pode ser comparado a outro IDH, seja através do tempo, seja entre unidades geográficas.

Por utilizar exclusivamente informações dos Censos Demográficos (que garantem conceitos, metodologia e procedimentos de coleta e processamento uniformes para todos os municípios), o IDH-M só pode ser calculado para os anos de 1970, 1980 e 1991. Sua atualização só poderá ser feita quando estiverem disponíveis os dados do próximo Censo Demográfico, programado para o ano 2000. É importante ressaltar, portanto, que a situação mais recente do desenvolvimento humano aqui retratada pelo IDH-M para qualquer município ou região é referente ao ano de 1991, e que tanto os valores do índice geral e dos índices parciais, como a ordenação dos municípios, microrregiões e estados, podem ter sofrido (e com certeza sofreram) alterações substanciais até os dias de hoje (1998).

A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação das três dimensões por ele contempladas (longevidade, educação e renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.